

mento da cobertura de Mata Atlântica no Estado; que considera a política do ICMS ecológico como a principal política pública, ressaltando o lançamento do projeto Município Mais Sustentável, explicando que, seguindo a mesma metodologia do ICMS Ecológico, serão criados indicadores, e, na medida em que os municípios vão desenvolvendo políticas públicas protegendo o meio ambiente, eles vão pontuando nesses indicadores, com a diferença de que o recurso obtido vai direto de fundo a fundo para as prefeituras, para que os municípios possam ter essa possibilidade de desenvolver os projetos ambientais, as políticas públicas locais de proteção de suas áreas verdes, e, concluindo, que a Secretaria de Estado se encontra bastante empenhada e que não falta esforço da equipe, lembrando ainda na data de hoje foi lançado juntamente com o Inea o programa estadual de logística reversa. Dando continuidade, o Senhor Presidente passou a palavra aos demais participantes para suas considerações, na seguinte ordem: Pedro Aranha, assessor para questões de políticas ambientais da Deputada Mônica Francisco, falou dos projetos de lei apresentados que tratam da governança climática, destacou o problema do racismo ambiental, em que nos desastres socioambientais morrem-se mais pretos e pobres, citando a tragédia de Petrópolis, atentou para a necessidade de educação climática nas escolas estaduais, que o mandato tem trabalhado junto com os movimentos sociais, e questionou a referida economia verde. Em seguida, teve a palavra Gabriel Lamounier, geólogo do Departamento de Recursos Minerais (DRM-RJ), apresentou suas ponderações sobre a relevância do órgão como auxiliador na promoção das mudanças de postura com relação ao meio ambiente, sendo o Rio de Janeiro o único ente da Federação Brasileira que ainda tem um órgão voltado para o estudo geológico, atentando que a atuação pública tem sido no pós-eventos, nas situações de emergência, não atuando com mapeamento preventivo das áreas de risco, ressaltando que o mapa de risco geológico das áreas de Petrópolis estava com defasagem de dez anos, defendeu ainda que o DRM poderia se tornar o órgão que pense o espaço físico de forma estrutural dentro do escopo da multidisciplinaridade, não apenas de forma bidimensional da superfície, acrescentando que dentro do corpo do Estado existem outros institutos como o Instituto Estadual de Engenharia e Arquitetura que faz a gestão das carreiras do geólogo, geógrafos, arquitetos e engenheiros do Estado do Rio de Janeiro, porém que ao longo de décadas deixou de cumprir a sua finalidade, que o Rio de Janeiro não promove a multidisciplinaridade nos estudos combinados, citando a situação na região de Volta Redonda, referente à pilha de rejeito da CSN à beira do rio Paraíba do Sul, carecendo de um estudo sério e rigoroso daquele passivo ambiental, que o Rio de Janeiro está deixando a desejar em várias frentes, defendendo a necessidade de uma gestão técnica estratégica de mapeamento de riscos geológicas, respeitando o servidor público de carreira, e, respondendo à pergunta do Deputado Gustavo Schmidt, esclareceu que há apenas um servidor concursado efetivo em atuação. Em seguida, o Senhor Presidente, após registrar a presença do Sr. Emanuel Borges, assessor da Deputada Federal Talíria Petrone, passou a palavra ao Sr. Thiers Wilberger, da ONG Arayara, que apresentou denúncias de abusos relacionados à indústria de petróleo, de contaminação dos poços artesanais do município de Macaé, quase todos contaminados com metais pesados, que o norte do Estado passa por uma crise hídrica, com escassez ou acesso precário à água, que considera um contrassenso que no momento em que se exige a mudança de matriz energética, estejam avançando projetos de instalação de termelétricas, em Macaé e Baía de Sepetiba, com o apoio dos órgãos ambientais, com severas consequências para o meio ambiente, após o que entregou à Comissão um documento do Instituto Arayara intitulado "Contribuição para Audiência Pública sobre Mudanças Climáticas no Estado do Rio de Janeiro". O Senhor Presidente lembrou é notório em São Francisco de Itabapoana o vento constante e que pode ser utilizado como fonte de geração de energia e que é preciso investir em uma matriz energética eólica e solar também, que o Estado tem dinheiro em caixa e poderia estar subsidiando linha de crédito para começar a mudar esse eixo vetorial, citando o projeto do Deputado Rosenverg Reis referente à troca da frota de coletivos no Rio de Janeiro, dando prazo para substituição por ônibus elétricos, ressaltando, igualmente, a defasagem nos mapas de risco no Estado, e que "outras catástrofes como a de Petrópolis vão ocorrer por esse descaso, pelo crescimento desordenado das cidades, vários problemas se permeando, se encostando e acabamos deixando de cumprir a nossa obrigação enquanto poder público, enquanto cidadão, de cuidar do Meio Ambiente, que é preservar o planeta". Dando prosseguimento, a palavra foi franqueada à Marcele Oliveira, da Zona Oeste do Rio, representante da ONG Jaca (Jovens em Ação pelo Clima), que, segundo esclareceu, é um coletivo de jovens de diferentes localidades do Estado que estão sendo afetados diretamente pelas irresponsabilidades governamentais do meio ambiente com o clima, onde muitos programas começam e não terminam, ou são alocados somente alguns territórios, não chegando do mesmo modo à periferia, "quem tem a caneta na mão não vê a gravidade da situação porque não bate na sua porta", fez menção à Agenda Realengo 2030, programa de monitoramento das políticas públicas visando à redução das desigualdades e o desenvolvimento sustentável, reforçando que não há mais tempo para fazer essas conversas sem apontar medidas, que as soluções já existem, que o dinheiro também existe, e que não dá para tratar das questões do meio ambiente como negócio, que não está indo para as pessoas que são mais afetadas. Em seguida, fizeram uso da palavra a bióloga Verônica da Matta, que se disse emocionada com a fala da Marcele, discorrendo sobre várias questões técnicas relativas ao Fecam e sobre a questão da matriz energética, lembrando que há mais de dez anos o Governo do Estado fez um estudo do potencial eólico e do potencial solar em todo o estado, qual o vento que passa que pode ser aproveitado, os corredores de ventos que existem nesse estado, não havendo necessidade de uma termelétrica, que seria um retrocesso absurdo, seria o meio ambiente cedendo a uma matriz econômica nada inteligente. Na sequência, falaram a Uly, também do coletivo Jaca, que falou sobre o racismo ambiental, das obras que não acontecem como despoluição da Baía de Guanabara, com a falta de um plano de mudanças climáticas do estado, tendo que lidar com as consequências, com os deslizamentos, com as enchentes, que o que se quer ter um plano de mudanças efetivas, ter um plano de contenção de encostas posto em prática e com o orçamento e a criação e organização de um plano com o orçamento para mitigação das enchentes, que já estão vivendo na emergência climática, que é preciso atentar que tem gente morrendo todos os dias em virtude das mudanças climáticas, e que se pergunta o que falta para que o governo do estado do Rio de Janeiro tome as medidas efetivas para combater e mitigar a crise climática, que a política segue autorizando novas termelétricas, o que considera como um atraso para o nosso Estado e que essas mudanças para ontem, e que "a gente precisa que essas mudanças sejam pensadas pela gente, não dá para falar mais do nosso futuro sem nós, nós somos a juventude em Ação pelo Clima e temos aqui cinco propostas na nossa agenda e estamos disponíveis para vocês consultarem". Última oradora inscrita, a presidente da Associação de Moradores Abama-Horto, Ana Soter, apresentou denúncia de retirada de 459 árvores de um terreno de 251 mil metros quadrados que está dentro da Floresta da Tijuca para a construção de um alojamento de uma instituição Federal, com dinheiro público, em terreno de alto risco geológico, sem estudo de impacto de vizinhança nem estudo de impacto ambiental, "a gente tá assistindo de camarote um absurdo acontecer", na questão do licenciamento do meio ambiente como um "jogo de empurra" entre o Ibama, o Inea e a prefeitura e que geralmente está na mão de pessoas com interesses econômicos muito além dos interesses sociais, que não adianta falar de futuro, mas que é preciso falar de presente, já está licenciado no presente, "a gente está falando de risco licenciado, a grande batalha desse momento é o crime ambiental licenciado". Em suas considerações finais o Senhor Presidente elogiou a audiência pública enquanto ferramenta de participação, que chegamos a conclusões óbvias mas que cabe a cada um continuar a exercer o seu papel, e considera que todo gestor público tem que ter essa pauta como fundamental em sua agenda, porque todo o desenvolvimento econômico a partir do século XXI deve ser atrelado ao desenvolvimento socioambiental, às políticas públicas voltadas para o meio ambiente, porque se não se toma conta disso as próximas gerações é que vão pagar essa conta do que a gente

está construindo hoje. Deixou registrado seus agradecimentos ao Gerhard Sardo e à Verônica da Matta, técnicos da Comissão e convidou a todos para a tarde de autógrafos da Jamile Marques, autora do livro "Gestão de projetos socioambientais na prática". Finalizando, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e, não havendo mais oradores inscritos, deu por encerrada a presente audiência pública, da qual, para constar, eu, Lina Paula Costa Carneiro, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, vai assinada por mim e pelo Senhor Presidente. Sala das Comissões, vinte e um de junho de dois mil e vinte e dois. (a)Deputado Gustavo Schmidt, Presidente. (a)Lina Paula Costa Carneiro, Secretária, matrícula 200.932-2.

COMISSÃO DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e nove dias do mês de novembro de dois mil e vinte e dois, às dez horas, na sala 1809, do Edifício Lúcio Costa, sede do Poder Legislativo Estadual, situado à Rua da Ajuda, número 5, Centro, Rio de Janeiro, reuniu-se a Comissão de Defesa do Meio Ambiente, constituída através do Ato E/GP/N 30/2021, sob a presidência do Senhor Deputado Gustavo Schmidt, e com a presença de representantes da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade, para a realização da Reunião Extraordinária, nos termos do Edital publicado em quatro de novembro de dois mil e vinte e dois, com a seguinte Ordem do Dia: "Apresentação da SEAS sobre a Gestão das Águas no Estado do Rio de Janeiro". Havendo número regimental, Sua Excelência agradeceu a presença de todos e declarou abertos os trabalhos, convidando para compor a Mesa o senhor Felipe Freitas dos Reis, Diretor Adjunto da Diretoria de Segurança Hídrica e Qualidade Ambiental e a senhora Moema Versiani Acselrad, Gerente de Instrumentos de Recursos Hídricos e Governança das Águas, do Instituto Estadual do Ambiente (Inea), os quais, convidados pelo Senhor Presidente, preferiram a Explanção sobre a Gestão das Águas no Estado do Rio de Janeiro, após o que foi franqueada a palavra aos demais presentes, iniciando-se profícuo e esclarecedor debate, do qual tomaram parte os senhores: Daniela Pinaud, Assessora do Deputado Flávio Serafini; Pedro Aranha, Assessor da Deputada Mônica Francisco; Licínio Rogério, Diretor da FAM-RIO; Lúcia Maggio, Assessora do Deputado Marcelo Dino; Verônica Da Matta, Assessora da CDMA, e Gerhard Sardo, Coordenador Técnico da CDMA. Findo o debate, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e, em razão da relevância e teor das falas apresentadas, determinou que fossem solicitadas as transcrições oficiais da presente reunião ao Departamento de Taquigrafia da Alerj, para que passem a fazer parte integrante desta Ata, e sejam publicadas na íntegra, além de permanecerem disponíveis à consulta, na secretaria desta Comissão. Nada mais havendo a tratar, e não havendo mais oradores inscritos, o Senhor Presidente deu por encerrada a presente audiência pública, da qual, para constar, eu, Lina Paula Costa Carneiro, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, vai assinada por mim e pelo Senhor Presidente. Sala das Comissões, vinte e nove de novembro de dois mil e vinte e dois. (a)Deputado Gustavo Schmidt, Presidente. (a)Lina Paula Costa Carneiro, Secretária, matrícula 200.932-2.

(Notas Taquigráficas)

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Schmidt) - Bom dia a todos. Declaro aberta esta reunião extraordinária de trabalho da Comissão de Defesa do Meio Ambiente para tratar do tema: gestão das águas do Estado do Rio de Janeiro, com vistas ao cumprimento de critério exigido na participação do Estado do Rio de Janeiro no Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão de Águas (Progestão). Agradeço a presença de todos e de todas que estão aqui.

Convido para fazer uma apresentação pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Sustentabilidades os senhores Felipe Freitas dos Reis, diretor adjunto da Diretoria de Segurança Hídrica e Qualidade Ambiental, e a Dra. Moema Versiani Acselrad, gerente de Instrumentos de Recursos Hídricos e Governança das Águas, do Inea, da Diretoria de Segurança Hídrica e Qualidade Ambiental. Ela é doutora em engenharia civil, com ênfase em recursos hídricos e saneamento.

Após a apresentação, será aberto o debate, com os questionamentos aos representantes da Seas.

Agradeço também a presença do Sr. Licínio Rogério, Sra. Daniela Pinaud, Sra. Verônica da Matta, Sra. Lúcia Maggio, Sr.Yuri de Souza Bertolot.

A SRA. MOEMA VERSIANI ACSELRAD - Bom dia a todos. Felipe, você quer dar as boas-vindas antes de eu começar?

O SR. FELIPE FREITAS DOS REIS - Bom dia a todas e todos. Bom, como o deputado falou, eu sou Felipe Freitas e estou diretor adjunto de Segurança e Qualidade Ambiental. A Moema vai fazer essa apresentação e a gente está disponível para algumas perguntas que vocês fizerem, ok?

A SRA. MOEMA VERSIANI ACSELRAD - Bom, então, eu quero agradecer, em nome do nosso secretário, Zé Ricardo, em nome do nosso presidente do Inea, Philipe Campello, do nosso diretor de segurança hídrica e qualidade ambiental, Hélio Vanderlei. O Felipe está aqui representando o nosso diretor adjunto. E meu nome é Moema, sou servidora do Inea, estou na gerência de instrumentos de recursos hídricos e governança das Águas. Já estou nessa área há bastantes anos, no Inea. E quero agradecer por nossa presença aqui. A gente provocou essa pauta aqui porque a gente acha que, de fato, essa pauta tem relação com a Comissão de Defesa do Meio Ambiente. Então, é um prazer muito grande estar com vocês aqui hoje.

A motivação para a gente estar aqui veio a partir da celebração de um contrato do Inea com a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, mudou o nome na última gestão, de adesão a um programa da Agência Nacional de Águas. Mas a adesão ao programa propriamente dito é feita pelo Governador do Estado. E eu vou explicar aqui como que funciona um pouquinho desse programa. E a motivação de a gente estar aqui é justamente ser um requisito do programa haver uma apresentação anual sobre a situação da gestão das águas no Estado, junto à Alerj.

E, de uma certa forma, isso é muito bem-vindo para a gente. Porque, para a gente, é muito positivo a gente ter uma relação mais estreita com o Legislativo e até para a gente ter uma parceria maior nas nossas atividades de rotina, do nosso dia a dia.

Eu preparei essa apresentação. É uma apresentação assim, digamos, muito genérica. É a primeira vez que a gente está vindo aqui tratar sobre um trabalho bastante técnico do órgão gestor de recursos hídricos do Estado, então, é uma panorama, um sobrevoou, que eu vou fazer aqui, mas eu já vou nos colocar à disposição - foi um pedido da presidência do Inea - para, havendo interesse ou necessidade de aprofundar alguns dos temas que a gente vai abordar aqui, nós estamos à disposição para convidar a equipe técnica responsável para estar aqui e desenvolver melhor os assuntos com vocês.

A primeira coisa que eu vou falar com vocês é a seguinte: de que água a gente está tratando? A água que a gente abre a torneira e sai ali não é a água que a gente está tratando aqui. Essa água é um produto entregue, é um serviço entregue por uma empresa. Então, não é dessa água que a gente está tratando; a gente está tratando daquela água disponível na natureza, essa água bonita aí.

Essas imagens são aqui do Estado mesmo: Parque Nacional do Itatiaia; Serra dos Órgãos, dentro das nossas áreas protegidas aqui. Mas a gente também está tratando do rio Guandu, nosso manancial de abastecimento aqui da maior parte da Região Metropolitana do Estado; a gente também está falando dos rios que cortam São Gonçalo, por exemplo, que são os rios que estão nessa imagem aí. Enfim, a gente está falando da água disponível na natureza e a água que nos utilizamos não só para nossa subsistência, mas também, e principalmente, a água que suporta as nossas atividades econômicas no Estado.

A gente não está falando apenas daquela água que a gente quer dar um mergulho bonito; a gente está falando de como nós tratamos, cuidamos e fazemos a gestão dessa água para atender aos usos múltiplos, os diferentes usos que a gente precisa para sobreviver e para ter desenvolvimento econômico.

Esse não é aqui, esse é o Rio Doce, ele atravessa centros urbanos. Ali, Governador Valadares, e foi depois daquele acidente, lá no rompimento da barragem.

Enfim, entrando aqui no nosso tema, década de 90, constava da agenda de Estado uma série de temas, uma série de pautas, uma delas a implementação de uma política de gestão das águas.

A Constituição Federal de 88 definiu o duplo domínio das águas. Esse também é um conceito que para a gente é muito básico, mas a gente não sabe o quanto isso está disseminado entre as pessoas comuns, digamos assim. Uma delas é que a água da torneira não é a água de que a gente está tratando; a gente está tratando de água bruta.

E o outro conceito é a questão do duplo domínio das águas, e é um domínio público. Até 88, existia ainda a possibilidade de haver o domínio privado. Mas, a partir de 88, porque o Código das Águas, de 84, permitia o domínio privado da água e a Constituição Federal eliminou essa possibilidade. Isso é muito complicado: porque, se eu sou proprietário de um terreno, a água que corre nesse terreno ou que está subjacente não é de minha propriedade, é de domínio público, e a gente tem uma série de regimentos e toda uma base legal para que não vigore o que os meus professores antigos diziam, a lei das selvas das águas: quem está rio acima não tem privilégio sobre a utilização daquelas águas, com relação a quem está rio abaixo. A gente faz todo o nosso trabalho pensando nisso, na gestão das águas.

Então, a Constituição definiu duplo domínio: um rio é de domínio federal ou de domínio estadual; não existe rio municipal, ainda que o rio nasça e deságue dentro do próprio município.

Aqui, no município do Rio, a gente tem vários casos assim, sobretudo, porque somos um município costeiro, então, a gente tem muitos rios que nascem e deságuam dentro do município, mas esses rios são de domínio do Estado também. E também a água subterrânea é um bem público gerido pelos Estados.

A Constituição também instituiu o que nós chamamos de sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos que vem sendo regulamentado desde então, desde 1988. 1997, veio a lei federal, instituiu a política nacional de recursos hídricos e aqui no estado a lei estadual 3239/99.

E então tem uma questão que envolve essa definição pela Constituição Federal ter dado duplo domínio das águas. Que seria o seguinte, será então que nós temos um sistema nacional que é gerenciado, digamos assim, pela União, e 26 sistemas estaduais, cada estado cuidando independentemente das águas sob o seu domínio? Não, essa interpretação não é uma interpretação que faça sentido dentro da lógica de bacia hidrográfica, de gestão territorial que envolva a água.

A intenção do constituinte foi justamente a visão de que somos um sistema único integrado. Até porque, eu vou mostrar aqui para frente, dentro de uma mesma bacia hidrográfica, é o caso emblemático aqui nosso do Rio Paraíba do Sul, a Bacia do Paraíba do Sul é uma bacia de um rio federal, mas perpassa três estados da Federação com diversos rios estaduais que fazem parte da mesma bacia. É uma gestão complexa que envolve e obriga uma integração entre esses entes federativos. E é nesse momento que o programa da Agência Nacional de Águas que a gente está trazendo aqui hoje tem a sua relevância. O programa de consolidação do pacto nacional pela gestão das águas tem exatamente esse viés, um viés de fazer o incentivo à gestão compartilhada entre União e estados.

Esse é o extrato do contrato. Esse programa, ele se materializa aqui no estado por meio de um contrato assinado pela Agência Nacional de Águas e o Inea. O Inea, na figura desse arranjo, é a entidade executora, a entidade executora. Porém, a adesão é feita via decreto do Governador - é um decreto de 2013, - e toda articulação do estado com os atores externos, sobretudo aqui com a própria Casa Legislativa, é feita via Secretaria de Estado do Ambiente e também pelo fato da Secretaria de Estado ser também secretaria executiva do Conselho Estadual de Recursos Hídricos. O Conselho Estadual de Recursos Hídricos é um órgão colegiado em âmbito estadual e ele tem um papel relevante na execução desse programa que vou falar um pouquinho.

Então o contrato foi assinado esse ano. Nós aderimos ao segundo ciclo do programa esse ano e foi publicado no Diário Oficial da União no início de abril. Nós tivemos um primeiro ciclo de 2013 - Dani me ajuda, Dani estava lá -, 13, 14, 15, 16, 13 a 16. Esse ciclo foi encerrado e nós aderimos ao segundo ciclo desse programa agora em 2022. Tivemos um hiato por questões administrativas e fiscais do próprio Estado do Rio de Janeiro.

O programa, então... Eu vou explicar a estrutura do programa em linhas muito gerais. Ele é um programa de incentivo financeiro mediante o atingimento de metas pelo estado. E quem atinge essas metas, quem é o responsável por atingir essas metas é o órgão, a entidade executora, que é o Inea. Então nós temos um conjunto de metas, vários blocos de metas. Um conjunto de metas federativas - são cinco metas federativas - de temas considerados relevantes pela Agência Nacional de Águas, uma de integração de base de dados de cadastro, uma de capacitação. O Inea e o sistema de gerenciamento de recursos hídricos no estado têm que cumprir metas de capacitação de algumas entidades. Uma outra de difusão de informações. A gente tem que passar uma série de informações para a Agência Nacional de Águas todos os anos. Uma outra de prevenção a eventos hidrológicos críticos, e uma última relacionada ao tema segurança de barragens. São cinco metas federativas consideradas de cumprimento obrigatório pela ANA.

Temos também um conjunto de metas estaduais. Essas metas estaduais se dividem em alguns blocos e somam 31 metas, 31 variáveis que nós temos que atingir anualmente. E essas metas são acompanhadas e aferidas pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos todos os anos. A ANA só avalia se tiver lá o OK do Conselho Estadual. Temos também metas de investimento, temos onde o Estado tem que comprovar que investiu recursos próprios. Se comprovar que investiu recursos próprios, ganha um valor adicional. Essas metas de investimento variam a cada ano dentro desse ciclo. Esse ano nós temos como meta outorga, fiscalização, sistema de informações, plano de recursos hídricos, comunicação. São metas operacionais, que eles chamam. E temos também, além dessas metas de cumprimento, que nós temos que comprovar o cumprimento, temos os fatores de redução. Eles avaliam, aferem se atingimos as metas. E, depois de aferir essas metas, em cima do valor correspondente, podem incidir esses fatores de redução. Esses fatores de redução envolvem a gestão patrimonial dos bens da Agência Nacional de Águas que estão sob a guarda do Inea. Nós temos uma série de bens. É veículos, é... equipamentos para monitoramento, computadores, enfim, uma série de equipamentos que a gente tem que demonstrar que eles estão íntegros.

Apresentação de relatório de gestão na Alerj. Estamos aqui hoje cumprindo exatamente esse requisito, pela primeira vez. O ano passado a gente não fez. Devíamos ter feito, mas a gente não tinha contrato assinado. Vocês viram com é só? Nós questionamos isso junto à Agência Nacional de Águas, mas eles não aceitaram a nossa argumentação.

Apresentação dos gastos dos recursos à Agência Nacional de Águas e ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Esse ano nós não gastamos. Nós não gastamos o nosso recurso. Vou explicar depois por quê. E temos também um percentual mínimo de desembolso anual desses recursos do pró-gestão. O valor anual, o teto anual possível de ser repassado é um milhão de reais, 750 mil relacionados àqueles primeiros dois blocos de metas aí, federativas e estaduais. E as metas de investimento somam o máximo de 250 mil. Vocês veem que é um valor bastante modesto. É mais para a gente fazer pequenas ações junto às nossas equipes de monitoramento, fiscalização, enfim. Eu vou mostrar também o que a gente tem feito com esse recurso, que é bastante modesto, frente às nossas necessidades. Pode passar, muito obrigada.

A SRA. - Moema, por que esse nome "fatores de redução"? A SRA. MOEMA VERSIANI ACSELRAD - Porque, em cima do montante a que nós teríamos direito, eles descontam um percentual de até 4% em cima de cada um daqueles itens. Então, por exemplo, se a gente não apresentar o relatório na Alerj este ano. Se a